

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PSICOLOGIA

Luiz Henrique Trentin Bottega

**SABER E *NÃO-SABER* NO ESTÁGIO EM PSICOLOGIA CLÍNICA:
UM ENSAIO SOBRE O LUGAR DA TEORIA NA ESCUTA
PSICANALÍTICA**

Santa Maria, RS
2023

Luiz Henrique Trentin Bottega

**SABER E NÃO-SABER NO ESTÁGIO EM PSICOLOGIA CLÍNICA:
UM ENSAIO SOBRE O LUGAR DA TEORIA NA ESCUTA PSICANALÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Psicologia**.

Orientadora: Prof^a Dr^a Adriane Rubio Roso

Santa Maria, RS
2023

Luiz Henrique Trentin Bottega

**SABER E NÃO-SABER NO ESTÁGIO EM PSICOLOGIA CLÍNICA:
UM ENSAIO SOBRE O LUGAR DA TEORIA NA ESCUTA PSICANALÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Psicologia**.

Aprovado em 12 de dezembro de 2023.

**Adriane Rubio Roso, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)**

Alíssia Gressler Dornelles, Ma. (UNISC)

Mariana Pfitscher, Ma. (ULBRA)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, em especial meu avô, Olídio Trentin, pelo apoio incondicional à profissão que escolhi. Espero que a partir de agora as palavras não faltem mais.

Agradeço à professora Adriane Rubio Roso por ter aceito o convite de orientar este trabalho cuja junção de seus capítulos parece compor uma unidade que carrega a insígnia da estranheza, além de apostar que esta composição, e as questões que são aqui ensaiadas, possuem alguma pertinência para o campo das Psicologias e da psicanálise.

À banca pela leitura deste trabalho que leva aquilo que consegui construir de mais singular ao longo desta graduação. Em especial, à Alíssia Gressler Dornelles, pelas indicações de leitura, acolhimento e apontamentos sobre o lugar da ficção na discursividade psicanalítica.

À toda equipe do SATIE, em especial, Amanda Schreiner Pereira, pelas supervisões e por ter acompanhado o início de minha trajetória enquanto clínico.

Aos professores: Héctor Omar Ardans-Bonifacino, pelo acolhimento e pelas conversas; Luís Fernando Lofrano de Oliveira, pela transmissão da psicanálise e pelos primeiros apontamentos sobre um *não-saber* e a Ronai Pires da Rocha, pela didática e apresentação à epistemologia.

Por fim, agradeço aos amigos e às amigas: por toda angústia puxada!

RESUMO

SABER E NÃO-SABER NO ESTÁGIO EM PSICOLOGIA CLÍNICA: UM ENSAIO SOBRE O LUGAR DA TEORIA NA ESCUTA PSICANALÍTICA

AUTOR: Luiz Henrique Trentin Bottega
ORIENTADORA: Adriane Rubio Roso

Este trabalho pretende questionar o lugar da teoria psicanalítica a partir de atendimentos psicológicos realizados por um estagiário de Psicologia durante o estágio curricular na Universidade Federal de Santa Maria. Para isso, aposta-se em uma escrita ensaística, que busca subsídios em elementos da psicologia social crítica e da psicanálise. Propõe-se, primeiramente, realizar uma investigação acerca da constituição do território das Psicologias enquanto um campo do conhecimento *sui generis* e suas filiações epistemológicas, dando ênfase ao lugar ocupado pela psicanálise na formação desses saberes oriundos da Modernidade. Posteriormente, debate-se as diferentes perspectivas que a noção de teoria adquire no campo psicanalítico, realçando os conflitos e contradições da área. Por fim, adentra-se na experiência dos atendimentos psicológicos, questionando os lugares de saber e *não-saber* que permeiam a escuta clínica. Encaminha-se que a teoria psicanalítica permite ao estagiário, que por ela se orienta, uma escuta que sustente um *não-saber*. Essa postura está fundamentada em uma posição teórica enraizada em certa concepção e uso da linguagem, que recoloca no discurso do sujeito o lugar da ficção e abre caminhos para a relação desta com uma noção de verdade.

Palavras-chave: Psicanálise. Epistemologia. Escuta psicanalítica. Psicologia Social Crítica.

ABSTRACT

KNOWLEDGE AND *NON-KNOWLEDGE* IN THE CLINICAL PSYCHOLOGY INTERNSHIP: AN ESSAY ABOUT THE PLACE OF THEORY IN PSYCHOANALYTIC LISTENING

AUTHOR: Luiz Henrique Trentin Bottega
ADVISOR: Adriane Rubio Roso

This work aims to question the place of psychoanalytic theory in psychotherapy sessions carried out by an undergraduate Psychology intern during the academic internship at the Federal University of Santa Maria. To do so, it relies on an essayistic approach, drawing on insights from critical social psychology and psychoanalysis. Firstly, this work proposes to investigate the formation of the territory of Psychology as a distinctive field of knowledge and its epistemological affiliations, with a particular focus on the position held by psychoanalysis in the development of these knowledge areas that emerged from Modernity. Subsequently, different perspectives on the concept of theory within the psychoanalytic field are discussed, highlighting the conflicts and contradictions within this domain. Finally, the focus turns to the experience of psychotherapy sessions, examining the realms of knowledge and *non-knowledge* that permeate clinical listening. It is suggested that psychoanalytic theory allows the intern, who orients his/herself through it, to engage in a listening that supports a form of *not-knowing*. This stance is grounded in a theoretical position rooted in a particular conception and use of language, which repositions the role of fiction in the subject's discourse and paves the way for its connection with a notion of truth.

Keywords: Psychoanalysis. Epistemology. Psychoanalytical listening. Critical Social Psychology.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. PERCURSO METODOLÓGICO	11
3. AS PSICOLOGIAS E SUAS FILIAÇÕES: QUAL O LUGAR DA PSICANÁLISE?	14
3.1 A INVENÇÃO DO PSICOLÓGICO E A DESNATURALIZAÇÃO- HISTORICIZAÇÃO DO CAMPO PSI.....	14
3.2 ACERCA DAS MATRIZES E PARA ALÉM DELAS: AS FILIAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS.....	16
4. SOBRE A TEORIA: DEFINIÇÕES, LUGARES, FUNÇÕES.....	19
5. SOBRE A ESCUTA, FINALMENTE: SABER E NÃO-SABER: SABER NÃO- SABER?.....	26
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	33

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é problematizar o lugar que a teoria psicanalítica ocupa na escuta clínica a partir da experiência de estágio específico do curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Este objetivo foi construído após meu período de estágio no Núcleo de Psicanálise, da Clínica de Estudos e Intervenção em Psicologia (CEIP) e no Setor de Atenção Integral ao Estudante (SATIE), ambos na Universidade Federal de Santa Maria. As questões que serão aqui discutidas têm sua origem nos relatórios de estágio escritos para as disciplinas Estágio Específico I "A" – PSI1034, Estágio Específico III "A" – PSI1036 e Estágio Específico IV "A" – PSI1037, bem como a Carta de Interesse que elaborei para realizar o estágio no SATIE. Percebi que estes escritos permeiam questionamentos muito similares e que contornavam determinados tópicos referentes ao campo epistemológico das Psicologias, mas principalmente da psicanálise.

O trabalho se insere no campo da psicologia social crítica e da clínica social psicanalítica. O primeiro, como aponta Gruda (2016), pretende questionar os fundamentos do campo, atentando-se para os determinantes sociais e históricos que o constituem. Além disso, não pretende dar fim às fragmentações do campo, mas explicitá-las para melhor fundamentá-las. A segunda, se dá em virtude da proposta e das condições institucionais do estágio eleito e de uma maior aproximação ao longo do curso com a discursividade psicanalítica. Por fim, enquanto proposta metodológica, optou-se pelo ensaio na medida em que há um encontro fecundo entre esse, a psicologia social crítica e a psicanálise, além de convocar o/a autor/a a um descentramento de si, adotando uma posição de *não-saber*.

A primeira forma encontrada para endereçar as questões identificadas nos relatórios, que são o lugar e a função da teoria na escuta, bem como a fundamentação e a constituição das Psicologias, foi através dos trabalhos de Luís Cláudio Figueiredo (2003a, 2017). Após apresentar a proposta do método, desenvolvemos nossas ideias em três capítulos. O capítulo intitulado "As Psicologias e suas filiações: qual o lugar da psicanálise?", baseou-se, principalmente, em duas de suas obras: "Matrizes do pensamento psicológico" (FIGUEIREDO, 2003a), em que o autor discute os fundamentos epistemológicos das diferentes linhas da psicologia e, também, em "A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação" (FIGUEIREDO, 2017), no

qual se desenvolve uma investigação dos condicionamentos histórico e sociais que possibilitaram o surgimento do que passou a se entender como “psicológico”.

O capítulo seguinte, intitulado “Sobre a teoria: definições, lugares, funções”, demarca as experiências de estágio, embora as questões que o constituíram já estejam delineadas anteriormente. Essas têm seu encontro com a passagem de casos clínicos após o acolhimento realizado por profissionais da psicologia do SATIE, para que nós, enquanto estagiários, déssemos início aos atendimentos psicológicos. Tal passagem era constituída por uma breve apresentação do caso pelo/a profissional que realizou a primeira escuta. Essa dinâmica direcionou minha atenção para a constituição dessa leitura do caso clínico. Problemática similar foi endereçada por Turriani et al. (2018), trabalhado nas disciplinas teóricas de estágio, em que se abordam três casos clínicos tomados por três diferentes perspectivas: a partir do DSM-IV, sendo representante do saber psiquiátrico, da psicanálise de orientação inglesa e, ainda, da psicanálise lacaniana.

Nesse sentido, a preocupação é com a forma em que as teorias são construídas e como, a partir disso, operam. Frente às diferentes leituras possíveis de um caso clínico, as teorias visavam dar conta de uma realidade objetiva apreendida pelos fenômenos? Ou seriam uma construção de determinado paradigma teórico que os organizaria? Quais seriam os limites dessas duas perspectivas? Tais questões foram retiradas da obra de Figueiredo e Loureiro (2018) e se referem, principalmente, ao debate entre perspectivas realistas e construtivistas. O objetivo deste capítulo tem como intuito explorar brevemente estas diferentes posições, demonstrando os conflitos e contradições do campo.

Tem-se a hipótese de que, independentemente da perspectiva, a teoria se constituiria como uma forma de ver determinado fenômeno e delimitaria o campo a ser pesquisado. Assim, se revelaria impossível ir ao campo de pesquisa – representado nesse caso pela clínica – sem estar munido de certos pressupostos teóricos que ordenariam o campo daquilo que é observado.

A partir disso, no capítulo “Sobre a escuta, finalmente: saber e *não-saber*: saber *não-saber*?” é abordada a experiência de escuta no estágio, retomando certos pontos dos capítulos anteriores. A proposta é de sustentar uma forma de escuta que se oriente por um *não-saber*. Tal posição deriva da leitura dos dois primeiros seminários de Jacques Lacan (1992, 1996) e encontra aportes de outros/as autores/as. Como observamos, embora haja uma abdicação de saber, essa tese não prescinde de uma

perspectiva teórica, mas é por ela fundamentada. Os efeitos dessa leitura são o que torna possível a entrada na discursividade proposta pela psicanálise.

Há, pelo menos, duas possíveis justificativas para apostar nas questões que foram exploradas neste trabalho. A primeira diz respeito à pertinência de debater os fundamentos das teorias que constituem o campo das Psicologias, incluída aqui a psicanálise, em virtude de sua inserção nas universidades, ainda que tenhamos ciência das críticas dessa inclusão. Investigar os fundamentos de determinado discurso se revela necessário tanto para criticá-lo quanto para melhor apreender seu método e, assim, conceber suas possibilidades e limites, tanto em seu nível teórico quanto prático.

Há tempos a psicanálise se mostra atacada por ter seu *status* científico e terapêutico questionados por Psicologias que se encontram dentro de matrizes próprias às ciências naturais, e que com isso adquirem estatuto de cientificidade, devido à adesão ao método experimental e a consequente mensuração quantitativa de seus resultados. Embora o intuito da pesquisa não seja debater especificamente essas questões, a mesma oferece tangencialmente bons elementos para o debate.

A segunda razão exige um movimento que convoca a uma entrada em primeira pessoa. Postura que causa estranheza e tensiona os limites da escrita universitária, mas que encontra sustentação no método ensaístico. Isso diz de minha posição frente ao conhecimento e às diferentes formas de se fazer e teorizar sobre as Psicologias e sobre a psicanálise. Percebi, de minha parte, certa dificuldade de filiação a alguma das discursividades que compõem este vasto campo das Psicologias, apresentado durante a graduação, que notava ser feita com facilidade por certos/as colegas.

A forma como para mim foi possível endereçar essa dificuldade foi a partir do encontro com a epistemologia. Como aponta Mezan (2002), essa se caracteriza pela investigação de como determinada teoria se constitui e de como fundamenta e opera a partir de seus conceitos. A epistemologia seria, na leitura do psicanalista, um discurso que versa sobre outro discurso (MEZAN, 2002). Embora essa tentativa me concedesse lugar no âmbito universitário, notei que a própria epistemologia também se mostra permeada por disputas e contradições, assim como o campo Psi. Nesse sentido, deparei-me com o impossível de um lugar nenhum, neutro e asséptico, em que se pode observar com nitidez essas questões. Tal constatação não parece invalidar os estudos conduzidos por este trabalho, mas servem como advertência de que o lugar do/a autor/a permanece em suspenso.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

A investigação deste trabalho está centrada no lugar que a teoria psicanalítica ocupa na escuta clínica a partir das minhas experiências de estágio nas disciplinas: Estágio Específico I "A" – PSI1034, Estágio Específico II "A" – PSI1035, Estágio Específico III "A" – PSI1036 e Estágio Específico IV "A" – PSI1037.

O Estágio Específico II "A" – PSI1035, o primeiro realizado, ocorreu durante um semestre, no Núcleo de Psicanálise, situado dentro do Centro de Estudos e Intervenção em Psicologia (CEIP). Esse estágio pautava-se em atendimentos clínicos individuais de crianças, adolescentes e adultos. Em virtude do curto período de tempo deste estágio (de apenas um semestre), as questões propriamente endereçadas neste ensaio se consolidaram durante o Estágio Específico I "A" – PSI1034, Estágio Específico III "A" – PSI1036 e Estágio Específico IV "A" – PSI1037 no Setor de Atenção Integral ao Estudante (SATIE). Contudo, vale mencionar que o disparador para a formulação destas questões teve seu início no período de estágio no Núcleo de Psicanálise da CEIP.

O SATIE faz parte do Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE) da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e é responsável por intervenções individuais e coletivas referentes aos/às estudantes da universidade, com intuito de assistir a permanência estudantil e a qualidade de vida dos/as acadêmicos/as. Meus estágios I, III e IV centraram-se em atendimentos psicológicos individuais, orientados pela psicanálise, que foram ofertados para os/as moradores/as da Casa do Estudante da Universidade (CEU). Esses ocorreram majoritariamente em frequência semanal, realizados, quando necessário, dois atendimentos durante uma semana, ou quinzenalmente, em situações nas quais o tratamento chegava ao fim.

Tal investigação se sustenta dentro do paradigma da psicologia social crítica, na medida em que se aposta na “eterna construção e questionamento das práticas e teorias psicológicas” (GRUDA, 2016, p. 521). Para isso, apresento no capítulo “As Psicologias e suas filiações: qual o lugar da psicanálise?” as condições históricas e sociais que fizeram as Psicologias emergirem enquanto campo *sui generis* de conhecimento (FIGUEIREDO, 2017), bem como estabelecerem suas filiações epistemológicas (FIGUEIREDO, 2003a). Tal retomada procura, acima de tudo, apontar para o lugar da psicanálise nesses condicionantes, pois, assim, se pode examinar como tais teorias psicológicas se estruturam, o que evita a naturalização do

campo, demarcando suas origens culturais (GRUDA, 2016). Os capítulos seguintes também estão assentados na mesma proposta, mantendo-se dentro de uma perspectiva crítica e enfatizando a sustentação de questões pertinentes à psicanálise, tanto acerca de como o conceito de teoria opera sobre o campo psicanalítico quanto os efeitos de sua discursividade na clínica e, portanto, no social. Não se pretende, assim, estabelecer uma divisão entre indivíduo e sociedade, pois se compreende que dialeticamente ambos os conceitos “se complementam pelas e nas oposições existentes” (GRUDA, 2016, p. 516).

Tal perspectiva vai ao encontro da célebre tese apresentada por Sigmund Freud (2011) no início de seu escrito acerca da “Psicologia das massas e análise do Eu”, no qual o psicanalista aponta a impossibilidade de desvencilhar os atendimentos clínicos individuais de uma psicologia social. Contudo, nota-se certos atravessamentos dessa proposta em virtude de o estágio ter sido exercido dentro de uma instituição universitária, com um público que reside na própria instituição e que não paga financeiramente pelos atendimentos. Tais fatores não refutam a perspectiva apresentada, mas questionam uma ideia de clínica tradicional que circula fora dos limites institucionais (PACHECO-FERREIRA; MENDES, 2022). Seguindo a ideia de Pacheco-Ferreira e Mendes (2022), defendo a manutenção da designação de uma *clínica social* como uma posição estratégica, para apontar algo que foi suprimido da prática concreta do campo psicanalítico, mesmo que tal proposta possa ser encontrada na história da psicanálise (DANTO, 2019).

Dessa forma, o presente trabalho não tem o intuito de encerrar as discussões aqui apresentadas, pois acredito na potência da crítica ao trabalhar com tais questionamentos. Longe de dar fim às fragmentações do campo, procuro compreender como tais discursividades funcionam e operam dentro de suas filiações e contradições.

A escolha pelo ensaio como método de escrita se entrelaça com o conteúdo pesquisado, bem como com suas implicações epistemológicas. Rivera (2017) aponta a dificuldade de definir o ensaio pela sua forma, ao contrário de outros estilos de escrita. Assim, procura caracterizá-lo por sua posição ética e epistemológica. Justifica tal definição em virtude da renúncia necessária àquele que escreve a uma posição de saber, sendo necessário assumir uma postura investigativa. Não haveria, dessa forma, a aplicação de uma teoria sobre determinado objeto estático, mas a formulação de questões que dariam palco para a experimentação entre sujeito e objeto

pesquisado (RIVERA, 2017). Ou, ainda, como aponta Starobinski (2012, p. 19), “para satisfazer plenamente à lei do ensaio, convém que o ‘ensaiador’ se ensaie a si mesmo”.

Dessa forma, Rivera (2017) encontra similaridades entre o estilo ensaístico e a psicanálise, pois essa funda-se a partir da tese de descentramento do Eu. Ação similar é requerida do ensaísta na medida em que, “para ser fiel a tal condição do sujeito, o ensaísta deveria ser capaz de pôr em crise sua posição como autor” (RIVERA, 2017, p. 13). O/A autor/a do ensaio apresenta-se, portanto, também descentrado. Tal posição também permite articulações com a psicologia social crítica na medida em que preza pela reflexividade ao questionar a construção dos saberes e suas posições discursivas. Dessa forma, a escolha pelo ensaio denota minha orientação neste território, ao me aproximar de Psicologias que não admitem essa separação, supostamente neutra, entre sujeito e objeto. Além disso, configura-se como uma via para elaboração das experiências de estágio, fazendo-me, assim, palco para tais experiências.

3. AS PSICOLOGIAS E SUAS FILIAÇÕES: QUAL O LUGAR DA PSICANÁLISE?

A ideia neste capítulo é retomar brevemente o surgimento das Psicologias e suas filiações epistemológicas. Para isso, retomarei os trabalhos de Figueiredo referenciados na introdução (FIGUEIREDO, 2003a, 2017). O intuito é apontar um panorama breve e as divisões que podem ser efetuadas dentro do campo Psi, com intuito de localizar um território possível, caso o haja, para a psicanálise. Aqui já se delimita a problemática sobre a relação entre sujeito e objeto do conhecimento.

Dividi este capítulo em duas partes. Na primeira, abordo a invenção do Psicológico e a desnaturalização-historicização do campo Psi. Na segunda parte, trato das “matrizes psicológicas”, realizando um voo panorâmico sobre suas divisões e implicações epistêmicas.

3.1 A INVENÇÃO DO PSICOLÓGICO E A DESNATURALIZAÇÃO-HISTORICIZAÇÃO DO CAMPO PSI

Se dentro da dispersão das matrizes do pensamento psicológico e de sua heterogeneidade epistemológica (FIGUEIREDO, 2003a) ocorrerão disputas acerca de seus critérios de cientificidade, em virtude das inerentes contradições do campo, Figueiredo (2017), em *A invenção do Psicológico: quatro séculos de subjetivação 1500-1900*, propõe realizar uma genealogia do campo Psi para delimitar as condições de possibilidade históricas e sociais para o surgimento do “psicológico” enquanto objeto de estudo que se debruçaram posteriormente as Psicologias. Assim, retoma os processos de subjetivação ocorridos na modernidade, desde seus antecedentes durante o Século XVI até o Século XX, que gestaram este território.

Figueiredo (2017) encontra, a partir disso, três polos distintos de ideias e de práticas que organizam o laço social da época e que, de alguma forma, ainda podem ser encontrados na contemporaneidade. Aqui, cabe recapitulá-las brevemente a fim de situar que o campo Psi mostra-se no mínimo parcialmente desnaturalizado, no sentido de que as diferentes formas de se fazer e de pensar as Psicologias não só foram constituídas a partir de certos determinantes históricos, como denotam, mesmo que não manifestamente, suas filiações com alguns destes polos. São estes:

- 1) O polo liberal, influenciado pelos autores do liberalismo clássico, que constituem os ideais do individualismo, entendido enquanto primazia da razão e do Eu, e, portanto, da autonomia e liberdade de ação. Encontram-se, aqui, identidades fixas e delimitadas, bem como um primor pela funcionalidade;
- 2) O polo romântico, constituído pela ênfase na espontaneidade e na irrupção dos afetos, que contrastam com o decoro e com as convenções sociais. Estas forças retomam o aspecto animalesco dos humanos e reinauguram estados pré-rationais e pré-civilizatórios. Há um flerte com a infância e com temáticas de dissolução do Eu, como a loucura e a morte;
- 3) O polo disciplinar, definidos pela leitura de Figueiredo de Michel Foucault, em que se encontram as tecnologias do poder, que regem as identidades a partir de um uso da razão calculista, administrativa e burocrática.

A tese de Figueiredo (2017) é de que estes polos se caracterizam por suas relações mútuas, complexas e contraditórias, de agrupamento e filiação entre si e, ao mesmo tempo, de exclusão do(s) polo(s) contrário(s). Assim, encontrar-se-iam na Modernidade agrupamentos entre polos distintos e a exclusão de um ou mais deles, que, embora excluídos, não deixariam de entrar em conflito com os outros e vice-versa. Nestas junções, diferentes características dos polos seriam manifestadas e, conseqüentemente, outras excluídas.

Dentro deste triângulo, situar-se-iam também as diferentes escolas que constituem as Psicologias, ora aproximando-se de determinado(s) polo(s) e rejeitando outro(s). Neste jogo, inerentemente conflituoso, ocorreria uma espécie de desintegração do sujeito moderno, ou de *cisão*, na medida em que tais conflitos, ocasionados pelos processos de identificação, adesão e exclusão dos polos, formariam partes da subjetividade que seriam *interditadas* ou *recalcadas*. Assim, Figueiredo (2003b) ressalta que a força teórica da psicanálise se dá justamente na maleabilidade de circular dentro destes lugares. A função do desconhecido – efeito do processo de interdição e recalque na subjetividade – mostra justamente aquilo que ela tem de fundamental e constitutivo e que a distingue das demais teorias psicológicas. Sua importância se dá na medida em que pensa “o que é e como se dá uma subjetivação que inevitavelmente gera os efeitos do desconhecimento.” (FIGUEIREDO, 2003b, p. 109).

Frente à posição ocupada pela psicanálise na modernidade, abordar-se-á no próximo subcapítulo as diferentes perspectivas epistemológicas que constituem as Psicologias, para, ao final, delimitar o lugar da psicanálise e retomar as posições aqui expostas.

3.2 ACERCA DAS MATRIZES E PARA ALÉM DELAS: AS FILIAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

Após o panorama da investigação acerca da invenção do psicológico, que serve mais precisamente para este trabalho enquanto argumento acerca da natureza histórica e conflitiva do campo Psi, passa-se, também brevemente, para as filiações epistemológicas do campo, trabalhadas por Figueiredo (2003a) em *Matrizes do Pensamento Psicológico*. Embora se detenha nestas problemáticas, Figueiredo (2003a) não exclui as condições socioculturais da modernidade que constituíram as matrizes por ele definidas, nem reduz tais questões à epistemologia, embora este seja o enfoque do livro e do recorte aqui utilizado. O intuito, assim como o subcapítulo prévio, é situar o território pelo qual as Psicologias, em especial a psicanálise, operam.

Dentro desta obra, estão divididas as Psicologias em três grandes matrizes, cada qual com suas divisões internas. São estas:

- 1) As matrizes científicas, que concebem o “psicológico”, a vida psíquica ou o comportamento, como um evento natural e, por isso, passível de ser abordado a partir da metodologia das ciências naturais e da experimentação;
- 2) As matrizes românticas, que consideram os eventos psíquicos como formas expressivas, ou seja, como meios de comunicação que requerem compreensão e interpretação. Há, portanto, o pressuposto de um sujeito que cria estas mensagens. Têm-se a tendência em priorizar formas mais intuitivas, menos racionais, teóricas e conceituais de entendimento;
- 3) As matrizes pós-românticas, que se diferem das românticas na medida em que pressupõem que essa produção simbólica tem também sua lógica. Dessa forma, reestabelece-se o uso da razão, mas uma racionalidade renovada que levaria em conta a outra lógica dessas produções.

Assim como na investigação de “*A invenção do psicológico*”, o trabalho realizado por Figueiredo (2003a), agora arqueológico, encontra, no decorrer da obra, dificuldades em situar a psicanálise dentro de alguma matriz. Embora seja perceptível elementos que se interseccionam, a mesma não se encerra em nenhuma delas. Tal peculiaridade leva Figueiredo (2003b) a defini-la como um “enclave” da modernidade: um território cujas fronteiras ficam inteiramente dentro dos limites geográficos de um território inimigo. Dessa forma, o autor identifica que o surgimento da psicanálise é “de nascença, tanto o produto como resposta crítica ao processo de dissociação que marca a constituição subjetiva ocidental e moderna” (FIGUEIREDO, 2003b, p. 107).

Tal posição da teoria psicanalítica poderia fornecer pistas para o território bastante conflitivo que ela ocupa, tanto entre os polos citados quanto entre as matrizes. A tese de Figueiredo (2003b) se desdobra em que as metodologias das ciências naturais (representadas pelas matrizes científicas) e das ciências do espírito (representadas pelas matrizes românticas e pós-românticas) demarcam uma divisão que atinge seu ápice na filosofia de Descartes, de dissociação entre mente e corpo, sujeito e objeto. Embora haja diferenças bastante pontuais entre as duas (ou três) formas de se pensar seus objetos, estas estariam subjugadas a esse processo histórico subjacente de divisão.

Dessa forma, ao retomar os achados de suas investigações e perceber a similaridade entre as duas, parece que a conclusão em que Figueiredo (2003b) chega é de que a psicanálise, ao invés de aceitar esta separação, visa trabalhar justamente no ponto inconcebível em que sujeito e objeto se articulam:

Ao invés de aceitar a separação entre ciências naturais e ciências do espírito, *[a psicanálise]* trabalha exatamente a partir do ponto inconcebível em que passividade e atividade, sujeito e objeto, mente e corpo precisam de alguma maneira se articular, embora essa articulação não seja concebível, da mesma forma. O que é característico do pensamento psicanalítico é que ele não apenas transita entre os três polos éticos e políticos que caracterizam a nossa cultura e a nossa tradição e se incrustam em nossos psiquismos, mas transforma esses efeitos de desconhecimento gerados nos processos de constituição subjetiva no seu objeto próprio, fazendo-o seu objeto fundamental. Portanto, a Psicanálise não é apenas um emergente do território da ignorância (como as demais Psicologias), mas é a resposta crítica e reflexiva ao processo de constituição subjetiva que nos torna para todo e, inevitavelmente, para sempre, desconhecidos de nós mesmos, desconhecedores de nós mesmos (FIGUEIREDO, 2003b, p. 109).

O que parece decorrer disso é que a psicanálise requer uma outra racionalidade que lhe seja própria (MEZAN, 2002; PALOMBINI, 1996), embora

tributária desses outros saberes – matrizes e polos. Aqui, retoma-se a tese de Rivera (2017, p. 16), de que a psicanálise (assim como o ensaio) deve buscar tensionar os limites do próprio campo, “na medida em que tenta, com frequência, buscar em outros campos o que lhe seria próprio [...]”.

Certamente, esse cenário reflete uma das perspectivas possíveis diante desse território altamente conflituoso e disputado, como mencionado anteriormente, que integra o campo das Psicologia. Existem outras abordagens que buscam, por exemplo, submeter essa área à metodologia das ciências naturais, devido à sua natureza científica e ao prestígio associado a isso, que o experimentalismo poderia proporcionar. Assim como Figueiredo (2003b), creio que seja possível – e necessário – sustentar esta posição de multiplicidade epistemológica.

Ao aderir esta posição, acredito ser imprescindível investigar as diferentes leituras acerca da definição de teoria e da produção de conhecimento dentro da psicanálise, para que possamos avançar com o tema desta pesquisa e adentrar no território mais material das experiências práticas de estágio. Como veremos a seguir, estas leituras também possuem suas diferenças e debates internos.

4. SOBRE A TEORIA: DEFINIÇÕES, LUGARES, FUNÇÕES

Não podemos deixar de pensar que a teoria da psicanálise e, ao mesmo tempo, sua técnica, que não formam senão uma única e mesma coisa, sofreram uma espécie de encolhimento e, a bem da verdade, de degradação (LACAN, 2005, p. 11).

Apresentado o panorama acerca do território em que se situa a psicanálise, cabe agora adentrar propriamente nas experiências de estágio, que são o suporte material em que surgiram e se efetivaram as questões relativas à teoria. Assim, pode-se visualizar como elas se deram na prática, bem como sua pertinência para a prática clínica.

Estas foram se construindo ao longo dos semestres, nas supervisões realizadas no Setor e nas disciplinas de estágio específico. As orientações acadêmicas de estágio se concretizaram enquanto um espaço em que os questionamentos que aqui estão sendo examinados puderam ser endereçados a partir do estudo de textos e discussões com colegas, também estagiários/as. Os escritos e as leituras indicadas dessa disciplina, principalmente os relatórios de estágio, serviram de grande importância como estrutura para a composição dos capítulos que compõem este trabalho.

Embora eu já tivesse experienciado um breve período de estágio em psicologia clínica, pude notar que, durante a experiência de atendimento no SATIE, a forma como escutava e conduzia os atendimentos havia – e foi – se transformado. No meu caso, estas mudanças já indicavam o início da constituição das questões acerca das teorias que compõem o campo Psi. Mesmo que timidamente formuladas e já apresentadas na minha “Carta de Interesse” para ingressar ao estágio, meu olhar naturalmente foi se dirigindo aos momentos em que as teorias e suas formas de leitura eram realçadas.

Isso ocorreu, primeiramente, pela forma como os casos foram passados no início do estágio para nós, estagiários. O SATIE oferece atendimentos psicológicos para moradores/as da CEU. Os/as interessados/as, ao se inscreverem, são primeiro acolhidos/as pelos/as psicólogos/as do serviço, que levantam quais são as queixas do/a estudante e se há demanda para atendimento clínico ou não. Em caso afirmativo, alguns casos são repassados para os/as estagiários/as para início dos atendimentos.

Quando os casos eram repassados a nós, realizava-se uma breve apresentação desses pelo/a profissional que realizou a primeira escuta. A partir disso,

questionei-me sobre como os mesmos se constroem. Afinal, esta apresentação já pressupunha uma leitura do caso por outro/a profissional, além de uma breve relação estabelecida entre os dois. Para recebermos esta apresentação, tínhamos uma espécie de leitura prévia acerca do caso. Surgiu-me, então, as seguintes questões: qual o lugar da teoria na construção de um caso clínico? Esta leitura reflete como o caso é em si mesmo ou reflete uma construção teórica definida pela relação e pela leitura de quem realiza o acolhimento? E, assim, como proceder, ao escutar, diante desta leitura prévia?

Nota-se que essa leitura prévia efetuada pelo/a psicólogo/a responsável pelo acolhimento se baseava em uma teoria que já havia sido notificada anteriormente aos estagiários/as durante o período de seleção ao SATIE. Assim, já havia uma familiaridade e interesse destes/as com a discursividade proposta pela psicanálise, que fundamentaria nossas práticas. Nesse sentido, esta leitura prévia não representa um corte teórico, como seria o caso se se tratasse de uma abordagem psicológica de outra “matriz”. Contudo, por se tratar da leitura feita por outro/a profissional e haver, pelo menos em certa medida, elementos singulares de cada relação, as questões expostas ainda seriam pertinentes.

No decorrer dos atendimentos, notei que buscava uma resposta única para essas questões. Contudo, percebi que as saídas encontradas pelos/as pacientes se davam de formas distintas: havia diferentes formas de endereçamento a estas sessões de acolhimento e, portanto, saídas singulares. Às vezes, utilizavam-nas como ponto de partida, que no decorrer dos atendimentos era repensada em virtude da própria mudança das demandas iniciais. Percebi que, em alguns casos, estas alterações ocorriam já entre o acolhimento e a primeira sessão comigo, o que sugeriria que a primeira escuta produziu efeitos nos/as pacientes.

Ao levar estas questões para a supervisora de estágio, ela sugeriu a possibilidade de que eu realizasse alguns acolhimentos para experienciar como são feitos e como se constroem os casos a partir destes. Como mencionei, sua principal função era o levantamento das demandas e expectativas da pessoa acolhida, para que, assim, pudesse se realizar o encaminhamento mais adequado. Nos casos em que se efetivaram para os atendimentos, as questões acerca da construção e leitura dos casos prosseguiram.

Após perceber que estas questões estavam ganhando forma, passei a direcionar minhas leituras para as articulações entre a teoria e a prática. Para melhor

me orientar, passei a definir “teoria” pelo seu sentido etimológico. Encontrei sua derivação do grego, “theoría”, que significa “ação de olhar, contemplação, especulação, estudo” (NASCENTES, 1955, p. 491). Outra definição também foi encontrada constituída por “theoreîn = théa (através) + horós (ver)” (Dicionário Etimológico, 2023). Ambas se referem à teoria como uma forma de ver: a teoria, poderia ser definida, portanto, como uma forma através da qual se vê determinado fenômeno (DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO, 2023).

Tal concepção se revela em concordância com a leitura de Figueiredo e Loureiro (2018) acerca de diferentes epistemólogos e filósofos da ciência, como a teoria hermenêutica de Gadamer e a teoria da ciência de Thomas Kuhn, além de outros. Para o primeiro, uma interpretação inteiramente objetiva não se mostra possível, na medida em que toda leitura e interpretação se daria dentro de uma estrutura de antecipação fornecida pelo contexto sociohistórico. Para o segundo, toda pesquisa científica seria determinada de forma a priori por uma teoria, ou paradigma, que constituiria o fenômeno investigado.

A própria noção de um fenômeno a ser observado se revelaria dependente de uma leitura teórica: mostra-se impossível ir ao campo de pesquisa – incluído aqui a clínica – sem estar *a priori* advertido de certa concepção teórica. Desta forma, não se entra no campo de pesquisa sem pressupostos: não existe observação sem teoria (FIGUEIREDO; LOUREIRO, 2018).

Para além da observação e de sua implícita e inseparável relação com a teoria, pode-se acrescentar mais uma divisão, entre o campo do fenômeno, representado pelos dados observados de uma teoria, e o campo metafenomenal, que são definidos pelos aspectos que constituem a experiência observável, mas que não se apresentam nela diretamente (FIGUEIREDO; LOUREIRO, 2018). Caberia, portanto, às teorias, como formas de ver determinado fenômeno, elucidar as condições de possibilidade para que estes adquiram tal estatuto. Para psicanálise, a metapsicologia seria um exemplar representante desta concepção.

Mesmo ao apresentar os conceitos de conhecimento representacional e conhecimento tácito de autores mais contemporâneos, com intuito de formalizar a articulação entre a teoria e a prática, Figueiredo (2008) não parece contornar essa forma de pensamento clássica, embora haja contribuições para o debate. O conhecimento representacional é a parte da teoria passível de ser representável e, portanto, compartilhada. Por sua vez, o conhecimento tácito refere-se ao saber-fazer,

à experiência que não é passível de representação, o *know-how*. O objetivo é de que o conhecimento representacional se transforme em conhecimento tácito, sendo operacionalizado de maneira não consciente. Para Figueiredo (2008), contudo, haveria uma espécie de *gap*, uma lacuna, entre a experiência e a representação.

Entretanto, mesmo avançando na melhor conceitualização dessas problemáticas, a insistência das questões referentes às teorias e suas consequentes leituras ainda se mantinham. Estas podem ser bem visualizadas no texto de Turriani et al. (2018), no qual os autores abordam diferentes formas de conceber a escrita de um caso clínico, a concepção de diagnóstico e de condução de tratamento destes por diferentes profissionais. As diferenças são tão explícitas que levam à questão de quão distintas seriam as leituras dos diferentes profissionais se esses tratassem do/a mesmo paciente.

A partir disso, a questão central, retomando a passagem dos casos no estágio, passou a se basear em até que ponto a leitura do caso é construída pelo psicoterapeuta e até que ponto ela pressupõe um endereçamento à realidade para fundamentá-la. Mesmo que durante o estágio os/as psicólogos/as trabalhassem a partir da mesma teoria (a psicanálise), havia diferenças de suas leituras acerca da teoria, o que implicava em diferentes formas de intervir e pensar um caso clínico. Evidentemente que, por se tratar da mesma teoria, tais diferenças não se mostravam tão distantes, como no texto de Turriani et al. (2018), entretanto, a pertinência das questões se mantinha.

Estas questões dão o tom das duas perspectivas expostas por Figueiredo e Loureiro (2018) acerca de posições realistas e construtivistas. Tais posições têm naturalmente suas subdivisões e contrastes, que excedem a problemática clínica – enfoque deste trabalho. Cabe aqui retomar brevemente este debate, que será apresentado pela leitura destes dois autores, tendo em vista sua relação com a escuta e apreensão de um caso clínico, bem como expor as diferentes concepções que permeiam o campo da psicanálise.

A concepção realista parte do pressuposto de que há uma realidade que pode ser apreendida e que as teorias teriam como função melhor representar esta realidade a partir de certo corpo teórico. Nesse sentido, há o pressuposto ontológico de que os objetos não dependem do observador. Portanto, já que tais objetos existem e podem ser representados pelo sujeito do conhecimento, cabe construir métodos que possam construir uma ponte que corresponda, ou melhor corresponda, o objeto do

conhecimento com a teoria. Dentro desta concepção, haveria uma ideia de progresso, que acarretaria mudanças e reformulações da teoria, frente ao confronto dessa com a prática.

As dificuldades desta concepção se situam na constatação das diferentes leituras possíveis de um caso clínico, como apresentados por Turriani et al. (2018), bem como na inseparabilidade do psicoterapeuta e de seu objeto. Se os processos mobilizados pelos atendimentos ocorrem dentro do laço transferencial, o psicoterapeuta não estaria apenas inseparável de seu objeto como seria constituinte dele. O realismo partiria de uma tentativa de apreensão da realidade mais próxima das ciências naturais, em que tal separação se mostra mais em conformidade com a natureza de seu objeto. Para o contexto clínico, contudo, seus pressupostos apresentam certas complicações.

Dentro de uma posição construtivista, não haveria pretensão de correspondência entre teoria e objeto, pois o objeto apreendido seria uma construção de determinada concepção teórica, de determinada linguagem, visão de mundo e/ou estrutura cognitiva, que só existiria dentro desta formatação. As teorias seriam, portanto, ficções que engendrariam seus próprios objetos e seus próprios problemas. Esta construção modularia as investigações possíveis e constituiria tanto sujeito quanto objeto do conhecimento. As diferentes leituras seriam diferenças na constituição de seus objetos.

Contudo, tal perspectiva também apresenta certas dificuldades. Abandonada a tese de uma realidade a ser endereçada, qualquer construção teórica seria possível. Ou, ao menos, que possuísse certa coerência interna. Tal concepção, entretanto, não explicaria a necessidade de correções e mudanças exigidas por determinada teoria frente ao confronto com a prática. Uma escuta clínica orientada apenas pelo que é focalizado pela teoria não abriria margem para elementos que a confrontassem, mantendo-se estagnada e, de certa forma, surda. Nesse sentido, exige-se a apreensão desse “algo” que irrompe durante os atendimentos e que não se mostra domesticado a qualquer ficção ou metáfora teórica. Assim, ressurgem elementos de uma concepção realista de mundo.

Para Figueiredo e Loureiro (2018), ambas as posições apresentam problemas. É nesse intuito que os autores apresentam uma saída heideggeriana para essa problemática, pois ambas as concepções se baseiam em uma “metafísica da presença”. Aqui, não iremos desenvolver esta perspectiva, porque parece ser possível

ao menos uma tentativa de síntese entre estas perspectivas conflitantes. Evidentemente, tal saída se revela provisória e não pretende, de forma alguma, encerrar esse debate. A proposta aqui se dá justamente em expor, assim como no capítulo anterior, as diferentes perspectivas que circulam o campo epistemológico da psicanálise.

Renato Mezan, mencionado por Figueiredo e Loureiro (2018) como um autor filiado a uma concepção realista, pode nos oferecer um caminho possível. Sua definição de teoria, entendida como “um conjunto de características que se encontram presentes nos fenômenos empíricos, conjunto que tem de ser, mais exatamente, construído a partir desses fenômenos” (MEZAN, 2002, p. 499), apresenta a mesma abertura para as críticas construtivistas já mencionadas, na medida em que, se tal conjunto de características se encontram presentes nos fenômenos clínicos, se ignoraria o argumento construtivista de que o fenômeno já estaria posto a priori por uma determinada teoria ou montagem paradigmática que determinaria o que se mostra pesquisável. Como abordado acima, esta perspectiva construtivista também apresentaria fragilidades pois se perderia o referencial à realidade, que permitiria alterações dentro de um corpo teórico como também mudanças de paradigma.

Entretanto, mais adiante em seu texto acerca da epistemologia da psicanálise, Mezan (2002) endereça as diferentes leituras que permeiam o campo das Psicologias e apresenta uma forma de lidar com estas diferenças, sem excluí-las, como normalmente se observa em perspectivas realistas:

O que torna as correntes psicológicas próximas ou distantes umas das outras não é que os pacientes que procuram um psicanalista junguiano são habitados pela sombra e pelo arquétipo, e aqueles que consultam um analista freudiano no outro andar do prédio são habitados por inconsciente, superego e pulsão. Isso equivaleria a postular que, se o sujeito sai de um consultório e entra em outro, magicamente o aparelho psíquico dele se transforma e no lugar do superego passa então a existir outra coisa. O que acontece é que aquilo que aparece na situação clínica vai ser tematizado de acordo com um certo sistema de escolhas fundamentais, que parece aos adeptos das outras teorias o máximo da arbitrariedade, exatamente como diz Lebrun. A diferença entre uma corrente psicológica e outra, a meu ver, está no aparelho conceitual e na habilidade de que essa corrente dispõe para descrever, aprofundar e compreender os fenômenos sobre os quais vai se pronunciar (MEZAN, 2002, p. 513).

O interessante dessa definição é que podem ser encontrados elementos realistas e construtivistas. Ao permitir que a situação clínica seja tematizada por diferentes sistemas, aposta-se em uma concepção teórica próxima do construtivismo

na medida em que se pressupõe que essas escolhas, tidas como arbitrárias por outras correntes, constroem seu próprio objeto. Contudo, tal concepção faz referência a algo que se encontra no fenômeno que será endereçado, mas seu critério de validade não é mais sustentado por uma teoria da linguagem que opere por correspondência ao mundo (FIGUEIREDO; LOUREIRO, 2018).

Uma forma de pensar esse panorama é o de que as teorias engendrariam uma racionalidade própria para abarcar seu objeto, como sustenta o próprio Mezan (2002). Estas, por sua vez, apenas manteriam sua consistência a partir da construção teórica dos fenômenos, que seriam já postos *a priori*. Contudo o que permitiria a reformulação, confirmação ou refutação desta teoria no campo da clínica especificamente, seria dado pelo/a próprio/a paciente, a partir dos efeitos dessa leitura e da capacidade, ou habilidade, da teoria descrever, aprofundar, compreender e intervir na prática. No caso da psicanálise, se conhece intervindo, o que a diferencia de métodos em que se pressupõe a já mencionada separação entre sujeito do conhecimento e objeto (FIGUEIREDO; LOUREIRO, 2018).

De certa forma, na prática, esse caminho já foi apontado pelos/as próprios/as pacientes nas diferentes formas de remeter às primeiras sessões de acolhimento. Embora a leitura do/a psicólogo/a forme o campo fenomenal e metafenomenal, são as construções do/a paciente, junto da leitura e intervenção do/a clínico/a, que conduzirão a construção do caso (MENDES, 2015).

Longe de encerrar esta discussão, como já abordado, este panorama expõe o quadro em que se situam as diferentes perspectivas e lugares que a teoria ocupa na construção do caso clínico, enfatizando as nuances que compõem a psicanálise neste contexto. No próximo capítulo, abordar-se-á as implicações e desdobramentos dessas perspectivas na escuta clínica durante o período de estágio.

5. SOBRE A ESCUTA, FINALMENTE: SABER E NÃO-SABER: SABER NÃO-SABER?

Frente às considerações expostas nos capítulos anteriores acerca das disputas sobre as funções e definições de teoria, bem como o lugar de desconhecimento próprio da discursividade psicanalítica e a situação posta durante o estágio acerca da passagem dos casos, optei por adotar uma postura de escuta que sustentava uma espécie de *não-saber*. Tal posição foi encontrada a partir da leitura dos Seminários I e II de Jacques Lacan. Ambos os fragmentos citados balizaram a forma como procurei sustentar meu trabalho. Em seu primeiro seminário, o psicanalista indica o engodo causado pelo excesso de compreensão e o equívoco ao igualar essa à interpretação analítica:

[...] uma das coisas que mais devemos evitar é compreender muito, compreender mais do que existe no discurso do sujeito. Interpretar e imaginar que se compreende, não é de modo algum a mesma coisa. É exatamente o contrário. Eu diria mesmo que é na base de uma certa recusa de compreensão que empurramos a porta da compreensão analítica (LACAN, 1996, p. 90).

No seminário do ano seguinte, Lacan (1992) retoma e desenvolve esta ideia, acrescentando a importância da curiosidade para o trabalho do analista:

Há dois perigos em tudo o que tange à apreensão de nosso campo clínico. O primeiro é não ser suficientemente curioso. Ensina-se às crianças que a curiosidade é um defeito feio, e, em geral, é verdade, não somos curiosos, e não é fácil provocar este sentimento de maneira automática. O segundo é compreender. Compreendemos sempre demais, especialmente na análise. Na maioria das vezes, nos enganamos. Pensa-se poder fazer uma boa terapêutica analítica quando se é bem dotado, intuitivo, quando se tem o contato, quando se faz funcionar este gênio que cada qual ostenta na relação interpessoal. E a partir do momento em que não se exige de si um extremo rigor conceitual, acha-se sempre um jeito de compreender. Mas fica-se sem bússola, não se sabe nem de onde se parte, nem para onde se está tentando ir (LACAN, 1992, p. 135).

Observa-se que a abordagem que adotei não se limita apenas aos casos que foram previamente apresentados e encaminhados a mim, representando os primeiros atendimentos que já haviam passado por uma leitura prévia. Ela abrange também aqueles em que realizei o acolhimento e identifiquei uma demanda para atendimentos clínicos, sem terem sido atendidos por outro/a profissional do SATIE. Naturalmente, embora a passagem dos casos tenha sido interessante para realçar as questões sobre

as teorias, estas, como procurei demonstrar, transcendem este acontecimento e tem sua pertinência demonstrada em outros âmbitos que envolvem o atendimento clínico em psicologia, mas principalmente em psicanálise.

As implicações dessa posição estão baseadas, como veremos, em um uso e uma concepção de linguagem, como já advertido por Lacan (1998), e por um encaminhamento frente às posições expostas neste trabalho.

As questões, no início dos atendimentos, giravam em torno das escolhas efetuadas frente às apresentações do caso, à escolha pelo *não-saber*, bem como um convite aos/às pacientes para o formato dos atendimentos. Isso é, o convite para que falassem da forma mais livre possível e uma indicação de que aquilo que era apresentado enquanto mal-estar, falava acerca de si e de suas histórias, não sendo obra do acaso ou exterior às suas formas de estar-no-mundo, embora pudesse ser sentido dessa forma. Alguns desses convites foram aceitos; outros, não, e o trabalho se dava por encerrado. Tais momentos iniciais podem ser pensados como os primeiros movimentos no tabuleiro, para seguirmos juntos da metáfora empregada por Freud (2017b) ao comparar o início do tratamento com o jogo do xadrez.

Passado esse primeiro momento, os casos se desenvolveram por diferentes caminhos, assim como apontado por Freud (2017b). Cada um, a seu tempo, teve suas hipóteses construídas para sua condução, trabalhadas durante as supervisões, e orientaram a forma de pensar cada caso. Nota-se que esta orientação não estava deslocada da proposta sobre o *não-saber*, mas encontrava sua fundamentação no exercício da curiosidade enquanto ponto fundamental de trabalho.

Embora houvesse diferenças no conteúdo e na forma como os/as pacientes se expressavam, nota-se certa semelhança, na maneira que conduzi as sessões, na forma de conceber e operar a partir destes elementos trazidos durante os atendimentos. A entrada no social pressupõe um uso compartilhado da língua, que procura se sustentar em significados unívocos, que permitiriam que os indivíduos se compreendessem ao se comunicarem. Para representar determinados afetos e ideias, certas palavras ofertadas pela língua são eleitas, e tanto se encontram no meio cultural como também marcam o sujeito a partir de sua história (MATTUELLA, 2022).

Aqui começa-se a demarcar a posição de *não-saber*. Ela se justifica ao não pressupor um saber *a priori* ao significado destas palavras e ao uso dessas por cada paciente. Cabe, dentro da clínica psicanalítica, recuperar a parte da linguagem que é abdicada para a circulação no social. Para se referir a esta concepção de linguagem,

Mattuella (2022) emprega o termo “dicionário íntimo”. Esta se refere ao uso singular da língua, em que os elementos já não possuem significados unívocos e compartilhados, mas possuem estatuto singular, pois representam o sujeito pelo encadeamento entre seus elementos, definidos por significantes. Tal articulação ganha efeito de significação a partir da narrativa e da história singular de cada um/uma. Pode-se dizer, dessa forma, que cada paciente possui uma língua própria, singular (MATTUELLA, 2022). Tal concepção só pode ser acessada ao renunciar os significados unívocos que permitem a circulação no laço social, o que justifica a posição de escuta voltada a um *não-saber*.

É a partir disso, desse esvaziamento de um saber prévio, que se abre a possibilidade para a construção de um saber inédito e singular (MENDES, 2015). Nota-se que este trabalho não acontece sem dificuldade e sem estranhamentos por parte de quem é atendido/a: era comum, durante os atendimentos, a demanda de que eu, enquanto um representante de um suposto saber sobre o psicológico, respondesse às diferentes modalidades de mal-estar trazidas com alguma nomeação diagnóstica e/ou com a aplicação de uma técnica que visasse o apagamento do conflito, próprio de práticas psicológicas situadas próximas dos polos disciplinar e liberal, mencionados no capítulo três.

Essa demanda dirigida a mim, contudo, demonstrará o lugar que transferencialmente eu ocupo no discurso do/a paciente e terá sua importância para hipótese diagnóstica e condução do caso (MENDES, 2015). Ao situar o lugar em que ocupo, este/a que me dirige a palavra também situa sua própria posição, mesmo sem estar advertido. Mendes (2015) pontua que, embora esta suposição de saber caracterize o laço transferencial, aquele que escuta não deve assumir essa posição em que é colocado pelo/a paciente. Deve, antes de tudo, permanecer em uma posição de esvaziamento de saber, para que essa nova forma de falar possa emergir. No caso da psicanálise, a sustentação dessa leitura é a condição para que possa emergir essa nova discursividade, própria da teoria psicanalítica. Certeau (2023, p. 75) sustenta que esta “substitui, assim o discurso “objetivo” (aquele que visa dizer o real) por um discurso que assume a figura de “ficção” (se, por ficção, entende-se o texto que declara sua relação com o lugar singular de sua produção)”.

Certeau (2023) prossegue ao apontar que cabe ao clínico pontuar aquilo que se revela ignorado no discurso do sujeito com intuito de insinuar na cadeia significante a produção de sua significação. Este significante destacado, definido como um

“pedacinho de verdade”, é o que permitirá a Freud (2017a) aproximar o trabalho do/a psicanalista ao do arqueólogo, pois é a partir destes fragmentos que o passado do sujeito será reconstruído. Tal reconstrução, como já apontado, terá semelhanças com a estrutura da ficção.

Contudo, o que dará o estatuto de validade para esta leitura é o assentimento do/a paciente, que não se reduz à mera concordância consciente, mas aos efeitos que tal leitura produz em seu discurso (MENDES, 2015). Tal posição se mostra também sustentada por Safatle (2014) ao comentar a “*Verneinung*” de Freud, texto de 1925, traduzido como “A negação”. Safatle (2014), ao retomar o estatuto da interpretação analítica, que nos serve aqui como um dos elementos para a construção e condução do caso clínico, bem como para fundamentação do lugar da teoria, rebate a crítica de Karl Popper, importante filósofo da ciência do século XX, à psicanálise de Freud:

Na verdade, a crítica rasteira de Popper não faz jus ao cuidado de Freud. Há, sim, um princípio de refutação da interpretação analítica e ele se encontra em sua força pragmática, o que fica claro em um texto como Construções em análise. A adequação de uma interpretação se mede pela sua capacidade em produzir novas associações e permitir o desenvolvimento do tratamento. Uma interpretação que nada produz (e elas ocorrem com frequência) é equivocada, não necessariamente por ser falsa no sentido realista do termo, mas por ser irrelevante, ou seja, errada no sentido pragmático. Pois o critério fundamental de uma interpretação não é exatamente sua veracidade, mas sua relevância em relação ao desenvolvimento do tratamento (SAFATLE, 2014, p. 27).

Tal leitura reforça o encaminhamento dado no capítulo anterior acerca do estatuto da teoria na psicanálise. Para além de critérios realistas e construtivistas, a força teórica da clínica psicanalítica teria morada junto aos critérios pragmáticos de suas intervenções. Estes só podem ser observados por seus efeitos, em uma lógica *a posteriori* à intervenção. Como mencionado, em psicanálise, se conhece intervindo o que já havia sido indicado pelos/as próprios/as pacientes nos diferentes destinos dados às sessões de acolhimento ou às próprias intervenções durante os atendimentos psicológicos. A perspectiva pragmática é também apontada por Figueiredo e Loureiro (2018) como sendo um bom encontro com a teoria psicanalítica.

Dessa forma, ao apontar para a produção de uma nova discursividade, abre-se caminho para o encontro de um saber advindo do discurso do/a paciente (CERTEAU, 2023). Assim, a psicanálise permitiria a sustentação de uma forma de falar sobre si e sobre o outro que faria frente às demandas dos/as pacientes, mencionadas anteriormente (o diagnóstico e a técnica, por exemplo). Isso só seria possível,

contudo, se a psicanálise sustentasse uma reflexão crítica de si e de seus efeitos sobre o social.

Diante disso, constata-se que a posição de *não-saber* proposta se revela necessária para a emergência de uma nova forma de se conceber a relação com a linguagem, bem como produzir furos em saberes postos na cultura e no laço social contemporâneo. Tal concepção, evidentemente, não prescinde de uma teoria, como aponta Certeau (2023), mas é nela constituída: “A perda de saber permite a Freud a produção de teoria, do mesmo modo que, para Schiller, o desaparecimento do ser permite a criação do poema” (CERTEAU, 2023, p. 109).

Curiosamente, a postura de quem não sabe é tida como própria à figura do/a estagiário (MENDES, 2015). No caso do percurso de estágio, em uma clínica que se propõe orientada pela psicanálise, tal proposta se mostra desejável e necessária para que esta perspectiva, aqui construída, possa emergir. Contudo, o/a estagiário deve estar advertido desse *não-saber*: é preciso saber *não-saber*.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui exposto teve como intuito questionar e refletir acerca do lugar ocupado pela teoria em uma escuta clínica orientada pela psicanálise. Para isso, um caminho considerável teve de ser percorrido. Procurou-se neste trajeto demarcar os condicionantes históricos em que as Psicologia e a psicanálise foram gestadas enquanto campos do conhecimento, para delimitar suas filiações culturais e epistemológicas. Esse primeiro movimento fornece pistas interessantes para se endereçar as fragmentações do campo, situando estas a partir desses condicionantes eleitos. Percebe-se que, em virtude da posição ocupada pela psicanálise na Modernidade e seus estranhamentos epistemológicos, uma outra racionalidade e discursividade se faz requerida.

Tal orientação foi iniciada no quarto capítulo, ao se realizar um recorte acerca das definições de teoria que permeiam o campo. Como no capítulo anterior, foi perceptível novamente diversas fragmentações e conflitos que têm suas implicações para o estatuto epistemológico da psicanálise. Tais fragmentações foram expostas brevemente sobre as perspectivas realistas e construtivistas, tematizadas por Figueiredo e Loureiro (2018). Suas diferenças residem, resumidamente, em suas definições acerca da realidade, da linguagem e, portanto, da definição e construção de uma teoria. A saída apresentada a essa problemática procurou sintetizar argumentos dos dois lados, bem como enfatizar a natureza pragmática das intervenções em psicanálise.

Nesse sentido, pensa-se que as teorias engendrariam sua racionalidade e discursividades próprias, produzindo formas para compreender, configurar e operar com seus objetos (MEZAN, 2002). Mantém-se assim, a possibilidade de diferentes discursos coabitarem no mesmo campo. Contudo, haveria elementos dos atendimentos que convocaram a reatualização da teoria para melhores formas de realizar tais tarefas. No caso da psicanálise, esses elementos partiriam dos efeitos das intervenções efetuadas em sessão. Tais intervenções se sustentariam por uma concepção de linguagem que recoloca o lugar da ficção no discurso, o que permitiria uma construção ou reconstrução da história do sujeito, o que possibilitaria novas formas de falar sobre si e sobre o outro, abrindo diferentes formatos de enlaçamento com o social.

A entrada para essa nova discursividade, como vimos, partiria de uma leitura do/a profissional aos elementos trazidos para a sessão pelos/as pacientes. Para isso, requerer-se-ia uma posição de escuta sustentada por uma espécie de *não-saber*, para que um novo saber, produzido por esses elementos e em transferência, possa advir. Esta concepção, embora requeira uma abdicação de saber por parte de quem atende, não se mostra desprovida de teoria, mas se revela nela fundamentada.

Nota-se que as considerações que foram expostas não procuram encerrar todas estas questões, muito pelo contrário: aposta-se em uma escrita incompleta, que visa, justamente, deixar em aberto e em suspenso tais questões, para que possam ser constantemente trabalhadas e tensionadas. Percebe-se que muitos dos questionamentos aqui desenvolvidos merecem aprofundamento para investigações futuras, que não puderam ser aqui desenvolvidos em virtude da finalidade deste trabalho.

Aponto, principalmente, para uma pesquisa mais detalhada acerca das concepções e fundamentos teóricos que circundam o campo da psicanálise, referidas no capítulo quatro acerca da construção da teoria e de seus objetos. Como exposto neste capítulo, tratava-se muito mais de expor as fragmentações e discussões do campo do que encerrar uma resposta, embora uma provisória tenha sido abordada.

Ainda, as noções de discursividade, ficção, inconsciente, saber e verdade fornecem bons caminhos de pesquisa, com intuito de investigar o estatuto destes conceitos na literatura psicanalítica. Além disso, um aprofundamento acerca da função e do campo da fala e da linguagem em psicanálise, como já posto por Lacan (1998), merecem sua devida atenção, na medida em que tais concepções se originam dessa perspectiva. Por fim, como foram utilizados os primeiros seminários e escritos de Jacques Lacan para embasar tal posição, o avanço ao longo de seu ensino pode auxiliar na fundamentação desta proposta sobre o *não-saber*, principalmente em torno do desenvolvimento de seus três registros: Real, Simbólico e Imaginário (FARIA, 2019).

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

DANTO, Elizabeth Ann. **As Clínicas Públicas de Freud São Paulo**. Editora Perspectiva, 2019.

FARIA, Michele Roman. **Real, simbólico e imaginário no ensino de Jacques Lacan**. São Paulo: Toro Editora, 2019.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **Matrizes do pensamento psicológico**. Petrópolis: Vozes, 2003a.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. Para além das matrizes: a psicanálise como enclave da modernidade. **Revista de Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 103-110, 2003b. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/12782>. Acesso em: 20 out. 2023.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **Revisitando as Psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **A invenção do psicológico: Quatro séculos de subjetivação 1400-1900**. São Paulo: Escuta, 2017.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio; LOUREIRO, Inês. **Os saberes PSI em questão: Sobre o conhecimento em Psicologia e Psicanálise**. Petrópolis: Vozes, 2018.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923)**. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. Construções na análise. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras Incompletas de Sigmund Freud: Fundamentos da clínica psicanalítica**. Tradução: Cláudia Dornbusch. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017a.

FREUD, Sigmund. Sobre o início do tratamento. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras Incompletas de Sigmund Freud: Fundamentos da clínica psicanalítica**. Tradução: Cláudia Dornbusch. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017b.

GRUDA, Mateus Pranzetti Paul. Breves considerações, comentários e ideias acerca de uma Psicologia Social Crítica. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 11, n. 2, p. 514-526, dez. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000200019&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 out. 2023.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 2: O Eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise (1954-1955)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud (1953-1954)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. *In*: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. **O simbólico, o imaginário e o real**. Nomes do Pai. Zahar, Rio de Janeiro, 2005.

MATTUELLA, Luciano. **Um itinerário íntimo pela psicanálise lacaniana**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2022.

MENDES, Aline Aguiar. **O efeito-equipe e a construção do caso clínico**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015.

MEZAN, Renato. Sobre a epistemologia da psicanálise. *In*: MEZAN, Renato. **Interfaces da psicanálise**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1955.

PACHECO-FERREIRA, Fernanda; MENDES, Roberta de Oliveira. Quem paga o Pathos? Psicanálise e Clínica Social. **Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica**, v. 25. n. 1, p. 44–51. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/KSVVJgSWwnZwPdXQZ4tkkJr/>. Acesso em: 22 out. 2023.

PALOMBINI, Analice de Lima. **Fundamentos Para Uma Crítica Da Epistemologia Da Psicanálise**, 1996. 106 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1996. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10282>. Acesso em: 25 out. 2023.

RIVERA, Tania. Desejo de Ensaio. *In*: RIVERA, Tania; CELES, Luiz Augusto M.; DE SOUSA, Edson Luiz André, **Psicanálise**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2017 (Coleção brasileiros contemporâneos).

SAFATLE, Vladimir. Posfácio – Aquele que diz "não": sobre um modo peculiar de falar de si. *In*: SIGMUND, Freud. **A negação**. São Paulo: Cosac Naif, 2014.

STAROBINSKI, Jean. É possível definir o Ensaio? **Remate de Males**, v. 31, n. 1-2, p. 13–24, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636219>. Acesso em: 14 ago. 2023.

TURRIANI, Anna Lúcia Marques Siqueira *et al.* O Caso clínico como caso social. *In*: SAFLATE, Vladimir, JUNIOR, Nelson da Silva, DUNKER, Christian. **Patologias do social: Arqueologias do sofrimento psíquico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

TEORIA. *In*: **Dicionário Etimológico**, 2023. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/teoria/>. Acesso em: 22 out. 2023.

NUP: 23081.157262/2023-92

Prioridade: Normal

Homologação de ata de defesa de TCC e estágio de graduação

125.322 - Bancas examinadoras de TCC: indicação e atuação

COMPONENTE

Ordem	Descrição	Nome do arquivo
9	Trabalho de conclusão de curso (TCC) (125.32)	TCC.pdf

Assinaturas

26/12/2023 22:26:30

LUIZ HENRIQUE TRENTIN BOTTEGA (Aluno de Graduação - Aluno Regular)
06.09.12.01.0.0 - Psicologia - 18391

08/01/2024 09:35:16

ADRIANE RUBIO ROSO (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR (Ativo))
06.41.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA - DPSI

1960



Código Verificador: 3701455

Código CRC: 4adfb5eb

Consulte em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html>

